

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.405 - RS (2019/0045426-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : JOSE TRUDA PALAZZO JUNIOR
ADVOGADOS : GUILHERME CARDOSO ANTUNES DA CUNHA - RS072920
DIEGO CÉZAR IGLESIAS E OUTRO(S) - RS101965
AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SIMILARES ÀS ATRIBUIÇÕES DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO. PRETENDIDA EQUIPARAÇÃO AO CARGO DE OCEANÓGRAFO DO IBAMA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de ação de indenização, proposta por José Truda Palazzo Júnior em desfavor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ao argumento de ter realizado atividades similares às atribuições de servidor ocupante de cargo público de oceanógrafo, chefe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos do IBAMA.

III. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, manteve a sentença de improcedência da ação, consignando que "o autor atuou em âmbito nacional e internacional na condição de representante legal da Coalizão Internacional da Vida Silvestre - IWC/Brasil. E aqui está o cerne da questão, a citada entidade é não- governamental e de direito privado. Houve apenas convênios de cooperação técnica com órgãos à época do IBAMA. Outrossim, há testemunha de que a frequência às reuniões não tinha caráter obrigatório, sendo que todas as despesas tidas por seus membros eram custeadas pelo governo brasileiro quando comprovada a atuação". Para o acórdão recorrido, "ainda no sentido de inexistência de vínculo, há reclamatória trabalhista do autor contra a IWC/Brasil. Portanto, postulando reconhecimento de relação de emprego com esta última entidade, o que por conclusão lógica, afasta vínculo aqui postulado. Por conseguinte, não foi exercida atividade ligada ao Ministério das Relações Exteriores ou ao IBAMA e ICM-BIO. Logo,

sem escora sua pretensão".

IV. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo**, à luz dos fatos e das provas dos autos, no sentido de que, no caso concreto, não existe direito indenizável, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora